

Reestruturação territorial e mobilidade em contextos de baixas densidades

O caso dos concelhos de Arronches, Campo Maior e Elvas

Iberografias. “As novas geografias dos Países de Língua Portuguesa. Paisagens, territórios, políticas no Brasil e em Portugal”, nº16, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, Portugal, p.277-304

Velez de Castro, Fátima

velezcastro@fl.uc.pt

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Coimbra

1. Introdução

A realidade migratória em Portugal revela um padrão de distribuição espacial dos imigrantes que cobre essencialmente a área metropolitana de Lisboa, bem como a faixa litoral entre Braga e Setúbal e ainda o Algarve. A diversidade de actividades do mercado de trabalho, o acesso a um variado tipo de bens e serviços e a existência de comunidades estrangeiras com alguma dimensão são pontos que parecem atrair e promover a fixação dos estrangeiros nestas regiões. Porém um novo cenário tem vindo a ganhar forma, assegurando o interior deprimido e despovoado como um território de destino dos imigrantes que foi e continua a ser repulsivo para as gerações autóctones mais novas.

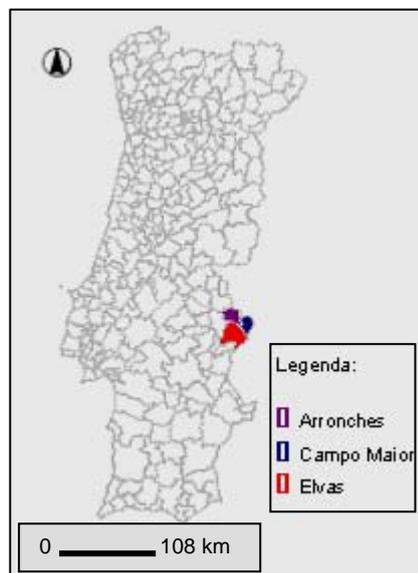
Face a esta nova situação, e perante a carência de estudo com tal base territorial, urge um esclarecimento da situação no sentido de perceber quem são estes imigrantes, de onde vieram, o que fazem e quais são os seus planos para o futuro, ou seja, se poderão ser eles próprios agentes do desenvolvimento regional em contextos de baixas densidades. Para isso irá ser apresentado um estudo de caso de uma região portuguesa com tais características (Arronches, Elvas e Campo Maior), onde o envelhecimento e o êxodo populacional determinam a fisionomia sócio-espacial do(s) lugar(s), mas onde nos últimos anos a presença dos imigrantes tem marcado o território. Estes resultados provêm de um trabalho mais vasto, desenvolvido em 2007/2008, integrado no projecto “Culturas Ibéricas, Sociedades de Fronteira: Territórios, Sociedades e Culturas em Tempos de Mudança” (2008), apoiado pelo Centro de Estudos Ibéricos da Câmara Municipal da Guarda, de onde resultou um relatório intitulado “Contributo da imigração para o desenvolvimento regional transfronteiriço”, com uma primeira parte sobre o Estado da Arte na temática das migrações¹. Na segunda parte foi apresentado o

¹ As principais conclusões da primeira parte do relatório encontram-se publicadas na revista *Iberografias* nº4 (2008) no artigo intitulado “Imigração e desenvolvimento regional. Breve reflexão teórica para uma aplicação prática” (pp.95-108).

estudo do caso prático a que se refere este artigo, cujos resultados serão de seguida discutidos.

2. APRESENTAÇÃO DOS TRÊS CONCELHOS

Os concelhos em estudo localizam-se em Portugal continental (NUT I)², mais especificamente na região do Alentejo (NUT II) e na sub-região do Alto Alentejo (NUT III)³. Ocupam uma área de 1.193 Km² (Arronches - 314,8 Km²; Campo Maior - 247,2 Km²; Elvas - 631,2 Km²)⁴, distando em média 44 km da capital de distrito, Portalegre (Arronches - 24 km; Campo Maior - 47 km; Elvas - 61 km). A distância a Badajoz, a cidade espanhola mais próxima é em média de 34 km (Arronches - 49 km; Campo Maior - 33 km; Elvas - 20 km), o que é de si revelador da influência que esta região teve e tem sobre os habitantes destes concelhos, que por vezes se sentem mais perto de serviços em Espanha do que em Portugal.



Mapa 1. Localização dos concelhos em estudo

Adaptado do SNIG (2008)



Fotografia 1. Vista de Arronches

Fonte: Emilio Moitas (2008)

Estes concelhos raianos, sempre revelaram ligações a Espanha praticamente durante toda a história de ambos os países. A guerra civil espanhola (1936 - 1939) foi um período marcante na fronteira, não só pela instabilidade social que era vivida a poucos quilómetros da área em estudo, como também porque se verificou um fluxo de deslocados que procurou refúgio do lado português. Ainda hoje se podem encontrar marcas deste fenómeno em apelidos familiares e idosos que são eles próprios refugiados do conflito, os quais acabaram por se instalar e formar família no Alentejo. Durante grande parte do século XX o contrabando foi outra das relações estabelecidas que marcou uma

² Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

³ Estes concelhos pertencem ao distrito de Portalegre.

⁴ Estão inseridos no contexto regional do Alentejo (31.551,4 Km²) e sub-regional do Alto Alentejo (6.249 Km²). Todos os dados apresentados são de 2006 (actualizados em 2008).

geração de portugueses pobre e oprimida, que vivia de uma agricultura baseada na exploração cerealífera da terra por parte dos grandes lavradores, com míseros ganhos para os assalariados rurais que desta forma se viam obrigados a assumir como actividade complementar o contrabando de produtos alimentares como o café, que era assim “exportado” para Espanha. Em contrapartida, os contrabandistas traziam para Portugal uma variedade de produtos que iam desde os de carácter alimentar (do cacau ao bacalhau), bem como tabaco, sapatos, perfumes, doces (rebuçados), entre outros, a preços mais baixos do que os praticados no comércio nacional. Já na década de 70 e 80 do séc.XX, com a generalização do automóvel nos agregados familiares e o desenvolvimento dos transportes públicos⁵, são os próprios consumidores que se deslocam ao outro lado da fronteira. Em locais conhecidos e discretos (para evitar chamar a atenção da Guarda Fiscal), deixam o transporte e atravessam a pé a fronteira, trazendo a pulso as mercadorias para consumo doméstico.

Com a adesão à União Europeia e a ratificação do Tratado de Schengen as fronteiras abriram-se e de certa forma esbateram-se. Hoje o preço dos combustíveis, a disponibilidade dos serviços de saúde, entre outros, fazem os portugueses destes concelhos procurar serviços em Espanha, assim como os raianos espanhóis procurar Portugal para frequentar os restaurantes alentejanos da região e adquirir outro tipo de produtos (como roupa, por exemplo).

Apesar de toda esta dinâmica social e comercial se manter até à actualidade tal facto não evitou a diminuição dos valores de população absoluta. Entre o período censitário de 1981 e 2001 Arronches perdeu 27% da população, Campo Maior 2% e Elvas 7%. A maior perda no primeiro concelho estará relacionada com o seu ténue tecido empresarial que apenas absorve pequenos contingentes de mão-de-obra, o que acontece também em sectores mais específicos como a agricultura. Os serviços, principalmente ligados ao Estado (Câmara Municipal, Escolas...) são a principal oferta em termos laborais, pelo que em maior variedade e quantidade nos outros dois concelhos, conseguem atrair a população activa da região.

Em 2006 Arronches registava a presença de 3.251 residentes, Campo Maior de 8.342 residentes e Elvas de 22.470 residentes, continuando a tendência de diminuição de efectivos⁶. Em termos de densidade populacional⁷, são concelhos que ficam aquém da média nacional – 115,1 habitantes por km² – embora na média do Alentejo – 24,2 habitantes por km² – e do Alto Alentejo – 19,1 habitantes por km² – Campo Maior e Elvas se destaquem com 33,7 e 35,6

⁵ Destaca-se a importância do *carro de praça* (táxi que percorre médias e longas distâncias) como um dos principais modos de transporte.

⁶ Entre 2001 e 2006 Arronches registou uma quebra de 4% de população e Campo Maior de 0,5%. Elvas foi o único concelho que registou um aumento de 4% da população entre os períodos referidos. Se atendermos aos valores de crescimento efectivo (crescimento natural e migratório), verifica-se que para o ano de 2006 estes são negativos, o que à primeira vista parece contradizer a tendência evolutiva positiva de Elvas. Tal facto poderá ser explicado pelo seguinte: enquanto os dados referentes ao crescimento efectivo se reportam apenas a dados de 2006, o valor de crescimento aqui apresentado apresenta dois períodos distintos, separados por 6 anos de diferença. Desta forma é preciso ter em consideração eventuais oscilações populacionais entre os anos que integram este intervalo temporal.

⁷ Dados de 2006.

habitantes por km², respectivamente. Apenas Arronches apresenta uma densidade populacional menor, de 10,3 habitantes por Km². Embora se devam ter reservas quanto à leitura deste indicador, nomeadamente pelo efeito do factor “espaço” e “dimensão”, não podemos deixar de referir que, neste caso traduz bem a realidade dos concelhos em estudo, ou seja, áreas de povoamento concentrado na sede do concelho, onde a paisagem natural se sobrepõe à dimensão dos aglomerados populacionais, deixando o viajante na maior parte dos percursos experimentar a sensação de isolamento.

Relativamente à estrutura populacional, verifica-se que se tratam de concelhos envelhecidos, uma vez que o número de idosos é superior ao de jovens⁸. Tal facto é corroborado através dos índices de envelhecimento e de juventude, os quais relacionam o quantitativo da população jovem e idosa, no sentido imediato de perceber o peso de um grupo sobre o outro e, no sentido futuro, ajudam a perceber as possibilidades de manutenção da própria geração. O índice de envelhecimento para estes concelhos indica que em Arronches, para cada jovem há 3 idosos, enquanto que em Campo Maior e Elvas, para cada jovem há 1,4

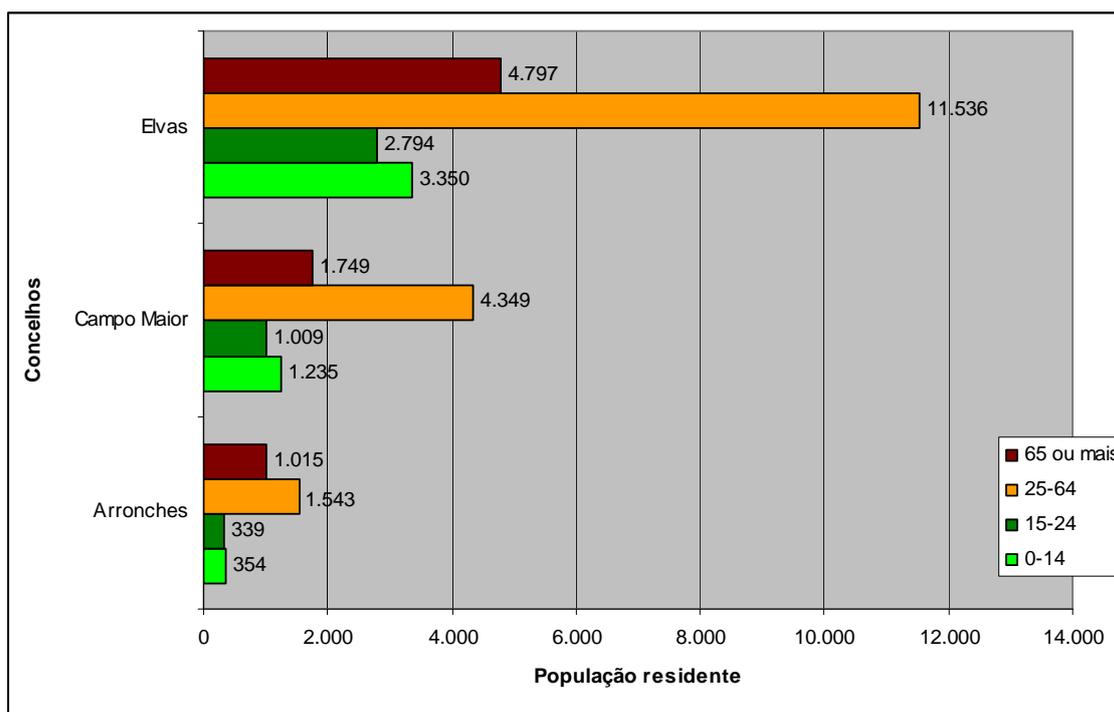


Gráfico 1. Estrutura etária da população, em 2006

Elaboração própria com base no INE (2008)

idosos. Apesar de nestes dois últimos o envelhecimento estar menos marcado que no primeiro, a presença de jovens é um pouco mais significativa⁹. No que diz respeito ao peso da população adulta¹⁰, sendo que esta engloba a população activa, pode-se verificar que ainda é

⁸ Entenda-se *idoso* como um indivíduo com 65 anos ou mais e *jovem* como um indivíduo com 14 anos ou menos.

⁹ Índice de Juventude: Arronches – 0,3; Campo Maior e Elvas – 0,7.

¹⁰ Considerado o grupo dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

um grupo que se mantém com um peso superior aos grupos já analisados, no entanto, em termos projectivos é natural que na próxima geração os jovens não consigam suplantar o crescente número de idosos que, face a uma esperança média de vida cada vez mais elevada, engrossarão o topo da pirâmide etária. A baixa taxa de natalidade e de fecundidade, aliado à contínua saída de população jovem para a capital de distrito, para os centros urbanos do litoral ou para o estrangeiro, estão na base do declínio populacional desta área em estudo. Os nascimentos encontram-se num nível baixo, quando comparado com a média nacional ou com os próprios valores para o Alentejo e Alto Alentejo. Veja-se até que a própria taxa de mortalidade infantil¹¹ reflecte o baixo número de nascimentos, ao revelar valores nulos. Pelo contrário, a taxa de mortalidade é superior à média portuguesa, acompanhando mais de perto a realidade do envelhecimento do Alentejo e do Alto Alentejo.

Os indicadores que fazem parte da equação do crescimento natural (natalidade e mortalidade) têm tido uma evolução mais negativa do que os que dizem respeito ao saldo migratório, que no caso de Arronches e Campo Maior são positivos, o que significa que houve uma dinâmica mais positiva nas entradas desses concelhos. Apenas Elvas apresenta um valor negativo, o que pode estar relacionado com o grau de atracção exercido por Badajoz (não só aos nacionais como também aos imigrantes), embora seja o concelho que concentra o maior número de estrangeiros face aos dois concelhos anteriores.

Indicadores demográficos de Natalidade e Mortalidade, em 2006 (‰)						
Indicadores	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo	Arronches	Campo Maior	Elvas
Taxa Bruta de Natalidade	10,0	8,4	7,0	6,1	6,2	5,9
Taxa de Fecundidade Geral	40,4	38,0	32,8	32,1	27,2	25,6
Taxa Bruta de Mortalidade	9,6	13,0	15,1	16,9	12,0	11,5
Taxa de Mortalidade Infantil	4,3	4,0	3,6	0,0	0,0	4,4

Quadro 1. Natalidade e Mortalidade, em 2006

Elaboração própria com base no INE (2008)

¹¹ Os dados referentes à taxa de mortalidade infantil referem-se ao período de 2001-2005.

Indicadores da evolução demográfica, em 2006 (%)						
Indicadores	Portugal	Alentejo	Alto Alentejo	Arronches	Campo Maior	Elvas
Taxa de Crescimento Efectivo	0,28	-0,22	-0,88	-0,15	-0,23	-0,68
Taxa de Crescimento Natural	0,03	-0,45	-0,81	-1,08	-0,57	-0,56
Taxa de Crescimento Migratório	0,30	0,20	-0,10	0,90	0,40	-0,10

Quadro 2. O crescimento efectivo, em 2006

Elaboração própria com base no INE (2008)

Elvas acompanha assim a média do crescimento migratório no Alto Alentejo, pelo que Arronches e Campo Maior superam inclusive a média nacional. A leitura destes dados, embora optimista, carece de alguns reparos: em primeiro lugar os valores do crescimento migratório em Arronches e em Campo Maior podem ser vistos à luz da entrada de imigrantes não em grande número mas numa proporção significativa face à população residente, mas também por outro lado face à imobilidade da população autóctone. Quer dizer que assistimos a um período de entradas face a uma estagnação das saídas nos concelhos, o que pode ter sido proporcionado pela própria conjuntura económica e laboral desfavorável nas bacias de emprego dos grandes centros urbanos.

Tratam-se de concelhos onde a actividade agrícola ainda tem alguma expressão, sobretudo em actividades ligadas à vinha, ao olival e a algum montado, onde a criação de gado ovino, suíno e bovino¹² complementa a agricultura. A indústria é de carácter familiar. Predominam as pequenas empresas ligadas aos produtos regionais (enchidos e queijos), embora nas zonas industriais se vejam igualmente panificações, oficinas e venda de produtos ligados à construção. De destacar a presença do Grupo Nabeiro, com a fábrica dos cafés Delta, que tem sido um pólo de emprego para a população de Campo Maior e concelhos limítrofes. São os serviços, sobretudo os do Estado (Câmaras Municipais, Escolas, Centros de Saúde e Hospitais...), bem como ligadas à solidariedade social (Santas Casas da Misericórdia) que são os grandes empregadores regionais dos autóctones. A proporção de desempregados face à população adulta é de 4,9% em Arronches, 5,4% em Campo Maior e 6,5% em Elvas, enquanto que a média do Alentejo é de 3,8%¹³. Estes números não são mais elevados uma vez que muitos jovens acabam por não voltar para “a terra” depois de realizar os estudos fora do concelho, pelo que não são contabilizados nas estatísticas. Na população inactiva destaca-se sobretudo o peso dos reformados.

¹² Nesta área do país são criados touros de lide. O caso da ganadaria Romão Tenório em Arronches é disso um exemplo.

¹³ Contabilização feita a partir dos dados do desemprego de Março de 2008 com os dados mais actualizados sobre a estrutura da população dos concelhos, de 2006.

Estamos pois perante três concelhos de fronteira, onde existe uma cidade (Elvas), e onde se assiste à fuga dos jovens e ao conseqüente envelhecimento populacional. De seguida ir-se-á analisar a situação e o papel dos imigrantes neste cenário regional.

3. RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

3.1 A PRESENÇA DE IMIGRANTES NA ÁREA EM ESTUDO

Para a realização deste estudo onde está contemplado a vertente quantitativa da migração, optou-se por tomar como universo estatístico os valores apresentados pelos Censos de 2001, que contabilizavam a população imigrantes (estrangeira) a residir nos concelhos referidos, que perfazia um total de 392 indivíduos (38 em Arronches, 58 em Campo Maior e 296 em Elvas)¹⁴. Não estão contabilizados a cessação de residência nem aqueles que se encontram ilegais / clandestinos e cujo número é muito difícil de contabilizar, daí que esta referência numérica não seja a realidade em si, mas uma aproximação possível da mesma.

Com o trabalho de campo foi possível recolher 121 inquéritos (cerca de 1/3 do universo em estudo), tendo contribuído para tal o facto de alguns dos imigrantes a inquirir não se encontrarem no local de residência¹⁵ ou então de outros se escusarem a responder a perguntas porque a sua situação tinha sido ou era na altura irregular e portanto o facto de disponibilizarem informações pessoais levou-os a pensar que os podia comprometer de alguma forma, embora os propósitos do estudo estivessem desde sempre bem explícitos. Contudo, mais do que a dimensão qualitativa, houve uma preocupação em trabalhar com uma amostra representativa, daí que se tivesse estratificado a mesma com base no número de indivíduos imigrados em cada concelho em estudo¹⁶, pela estrutura etária e de género, o que realmente resultou vindo-se a verificar a validade da amostra com os resultados obtidos.

O que também se constatou no campo foi que na maior parte das vezes os inquiridos acabavam por ir mais além das respostas, o que nalguns casos resultou em entrevistas informais, uma vez que completaram e reflectiram sobre pontos contidos ou não no próprio questionário. Desta forma a diferença numérica entre a dimensão que se sugeria para a amostra e o que foi possível recolher na realidade foi colmatada pela riqueza das informações anexas ao próprio inquérito. Este constitui-se de 5 partes: 1) Perfil do inquirido – procura-se saber aspectos relacionados com a origem geográfica do próprio, dos pais e cônjuge,

¹⁴ Nesse ano o SEF referia a presença de 440.227 imigrantes a residir legalmente em Portugal (corresponde a cerca de 4% da população total residente no país).

¹⁵ Em Arronches por exemplo, alguns dos ingleses a inquirir estavam ausentes porque as casas estavam a sofrer obras de remodelação ou porque estava a resolver assuntos pessoais no país de origem. Em Elvas e Campo Maior outros não puderam ser inquiridos porque se encontravam a trabalhar temporariamente em concelhos limítrofes, tanto espanhóis como portugueses, embora continuassem a manter a residência nos concelhos em estudo.

¹⁶ Do total da amostra, 18,2% dos inquéritos foram realizados em Arronches, 28,1% em Campo Maior e 53,7% em Elvas.

habilitações académicas, redes de parentesco (no que diz respeito a migrações) e profissão; 2) Percurso profissional – procura-se saber a satisfação com a actividade profissional desenvolvida no tempo presente, aspectos relacionados com o quotidiano laboral e a mobilidade profissional passada e futura; 3) Percurso geográfico – procura-se saber como foi realizado o processo migratório e as motivações que levaram à saída do país de origem e entrada em Portugal / região em estudo; 4) Integração e interacção regional – numa perspectiva mais particular procura-se saber a percepção do imigrante face ao país e ao concelho onde vive e ao espaço espanhol limítrofe; 5) Perspectivas futuras – pretende-se saber a intenções de fixação em Portugal e nos concelhos em estudo, bem como a possibilidade de voltar ao país de origem.

Da aplicação dos inquéritos, realizada entre Janeiro e Fevereiro de 2008 (referente à situação dos inquiridos em 31 de Dezembro de 2007) resultaram as informações pretendidas para o estudo de caso enunciado.

3.2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

3.2.1 O PERFIL DOS IMIGRANTES INQUIRIDOS

Neste estudo foi essencialmente inquirida população activa, sendo que a média de idades da amostra é de 39,2 anos, embora pelas observações de campo se tenha ido mais além em termos etários (o inquirido mais idoso tem 72 anos), uma vez que se constatou a presença significativa de reformados estrangeiros em alguns concelhos, sobretudo em Arronches. Pelo cálculo dos percentis, apurou-se que 25% da amostra tinha até 30 anos, inclusive e que 50% dos inquiridos teriam até 37,5 anos, inclusive. Ora sabendo ainda que 75% da amostra tinha até 46 anos, inclusive, significa que o último percentil de 24% engloba reformados mas ainda pessoas activas.

Dos inquiridos 48,8% eram do sexo feminino e 51,2% do sexo masculino, o que acontece na estrutura real do género, isto é, uma migração mista mas com certa tendência para uma ligeira masculinização. Não se tratam apenas de casais (54,4% são casados e 5% vivem em relação de facto), mas também de indivíduos que embora possam ter companhia (o) vivem com um estatuto formal individual (28,1% são solteiros, 6,6% são separados/divorciados e 1,7% são viúvos). Perante os números pode-se enveredar por uma leitura relacionada com a estrutura etária, isto é, quem está presente nesta região não são imigrantes muito jovens, mas sim que fazem a migração já depois de casados ou depois de concluir os estudos (ou em anos avançados dos mesmos). Este facto pode estar relacionado com duas ordens de factores: a primeira tem a ver com a origem dos imigrantes (países onde há prolongamento dos estudos e adiamento da vida conjugal), a segunda com a migração em

si, ou seja, se já houve um processo anterior e se a escolha desta região para residir / trabalhar foi feita numa fase posterior.

No que diz respeito à nacionalidade 29,8% dos inquiridos são europeus de leste (sobretudo da Ucrânia, Roménia e Moldávia), 25,6% são brasileiros, 10% são africanos (sobretudo de Angola e Cabo-Verde), 8,2% são espanhóis, 6,6% são asiáticos (a maior parte da China, mas também casos de imigrantes vindos do Bangladesh) e 6,6% são britânicos. Do total de inquiridos 11,6% afirmam que o cônjuge é de nacionalidade portuguesa, sendo que este facto é mais visível nos inquiridos brasileiros e espanhóis. Verifica-se então que a vinda para estes concelhos do interior se dá, em alguns casos, relacionado com a região de origem do cônjuge português. Interessante verificar que, no que diz respeito à presença das nacionalidades, há uma sobre-representação dos imigrantes brasileiros (se considerarmos que o grupo dos europeus de leste considera várias origens), como um dos grupos mais dispersos no território nacional. O grupo de nacionalidade britânica, embora em menor número, bem como os chineses, também se destacam pela recente e crescente tendência em se fixar nestas áreas.

Quando analisado a migração do ponto de vista de local de origem / destino a partir da naturalidade, e se considerarmos com as devidas reticências que os concelhos em estudo ainda têm marcas rurais eminentes, constata-se que a maioria veio de áreas urbanas (ou da capital dos países de partida, ou de áreas outras áreas urbanas do país) para o interior de Portugal. Adiante reflectir-se-á sobre os motivos que mediaram a escolha do território de chegada.

Os imigrantes que estão presentes no território em estudo apresentam uma formação académica média entre o 3º Ciclo e o Secundário, havendo apenas uma percentagem residual daqueles que afirmaram não saber ler e escrever. Cerca de 21,5% afirmou possuir licenciatura e 1,7% doutoramento, sobretudo em áreas como a saúde, direito e educação. São os europeus de leste e os brasileiros aqueles que têm habilitações literárias mais elevadas, embora no último grupo se verifique que existe um duplo segmento, isto é, se por um lado se encontram imigrantes com cursos superiores, por outro lado existe um grupo que tem formação que não vai muito além do 3º ciclo do ensino básico. Note-se que se verificou que no grupo em que as habilitações literárias eram mais elevadas, havia menos relatos de problemas ocorridos no processo migratório.

O acesso a uma educação superior faz com que os imigrantes se sintam mais capazes, por um lado de preparar a sua migração em termos burocráticos, no lugar de partida e de chegada, e por outro de manifestam uma consciência actualizada sobre os seus direitos e deveres, além de que são indivíduos bastante críticos sobre o território que os rodeia. No

entanto nem todos têm a formação escolar completa (75,2% dos inquiridos têm as habilitações completas), embora não se tenha notado que estas tivessem sido interrompidas pela migração.

Outro aspecto importante relativamente ao perfil do inquirido diz respeito aos acompanhantes no processo migratório. Analisando a amostra verifica-se que há três tendências em termos de agregado familiar: há aqueles que vivem individualmente (12% dos inquiridos), há os que vivem em casal apenas (27% dos inquiridos) ou em casal com filhos (agregado com um filho – 28% dos inquiridos; agregado com dois filhos – 24% dos inquiridos), e por fim aqueles cujo agregado é composto por 5 a 8 indivíduos (9% dos inquiridos).

No primeiro caso a maior parte são brasileiros que vêm individualmente para Portugal. Alguns têm filhos que deixam no país de origem a cargo de familiares, embora esta nacionalidade apresente variantes desde o caso da migração individual, até à migração familiar com e sem filhos ou até mesmo, o caso do agregado familiar de mais de 5 elementos, o que corresponde a casos de irmãos/cunhados que se vêm juntar ao migrante, trazendo os filhos. A migração apenas em casal é feita não só por brasileiros, como já foi dito, como também por ingleses reformados que deixam os filhos adultos (e netos) no país de origem, com formação académica concluída, estabilidade profissional e família constituída, para vir viver nesta região. Os casais com filhos são mais comuns também nos brasileiros, nos neerlandeses, chineses e imigrantes de leste, sobretudo em faixas etárias acima dos 30 anos.

Quanto ao rendimento do agregado familiar foi uma das perguntas mais delicadas de fazer, uma vez que a resposta nem sempre foi clara (houve uma margem de 9,1% dos inquiridos que não respondeu). De qualquer forma a maioria tem rendimentos acima dos 500€ mensais, sobretudo os casais com filhos (em que ambos os membros do casal trabalham) e também os casais sem filhos, neste caso os *sun-seekers*. O caso dos que referiram ter um rendimento superior a 4000€ tratam-se de alguns destes últimos imigrantes, bem como de brasileiros na área da saúde (dentistas) que conseguem exercer nesta região a profissão que tinham no país de origem.

3.2.2 O PERCURSO PROFISSIONAL

No grupo de questões anterior uma das perguntas colocadas tinha a ver com a profissão que os imigrantes desempunhavam nos concelhos em estudo¹⁷. Após a leitura dos dados, foi notória a existência de dois grupos, os não investidores (80% dos inquiridos) e os investidores (18% dos inquiridos)¹⁸. Significa que a grande maioria é empregado por conta de

¹⁷ Segundo a classificação segundo o Instituto Nacional de Estatística destaca-se o grupo dos trabalhadores administrativos, do comércio e dos serviços não qualificados (43% dos inquiridos), dos inactivos (15,7% dos inquiridos) e dos pequenos patrões do comércio e serviços (4,1% dos inquiridos).

¹⁸ No grupo dos não-investidores consideram-se também os inactivos e os desempregados.

outrem ou então está numa situação de inactividade, enquanto uma percentagem mais reduzida se estabeleceu por conta própria.

Áreas Laborais		Frequência	Percentagem
Não Investidores	Comércio e serviços de Limpeza	32	26,4
	Construção civil	20	16,5
	Outros serviços	12	9,9
	Agricultura	8	6,6
	Condução	2	1,7
Investidores	Saúde	8	6,6
	Comércio	8	6,6
	Construção Civil	2	1,7
	Agricultura	3	2,5
	Condução	1	0,8
	Inactivos	18	14,9
	Desemprego	5	4,1
	NR/NS	2	1,7
	Total	121	100

Quadro 3. Áreas laborais em que trabalham os inquiridos

Elaboração própria com base no inquérito (2008)

Em primeiro lugar pode-se notar que as áreas laborais se repetem quase todas nos dois grupos, embora em termos específicos se constate a existência de diferenças em termos de funções desempenhadas.

No grupo dos não investidores existem muitos trabalhadores masculinos na área da construção civil como serventes e pedreiros, bem como em tarefas mais específicas (armadores de ferro, serralheiros), enquanto no género feminino se encontrem muitas empregadas de balcão e de serviço doméstico. Na agricultura há uma diversificação entre homens e mulheres, já que alguns são caseiros em montes, onde desempenham funções indiferenciadas ora ligados à pecuária (gado ovino, suíno e cavalar), ora ligados à agricultura, que vai desde o olival à vinha. As outras áreas referenciadas estão relacionadas sobretudo com serviços que vão desde limpeza (varredor da câmara) até ao desporto (técnico desportivo), a outros (profissional de seguros, músico, ajudante de Lar, religiosa...). Existe um

contingente de domésticas, contabilizadas como inactivas que se supõe que desempenhem tarefas na área dos serviços de limpeza, embora num regime informal e por isso irregular.

No grupo dos investidores podemos encontrar duas franjas de mercado, por um lado profissionais altamente qualificados que desenvolvem negócios na área da saúde (sobretudo dentistas), a par de imigrantes com qualificações médias e baixas que investiram no comércio (bazares chineses).

No que diz respeito às nacionalidades, no caso do grupo dos não investidores, podemos encontrar indivíduos de praticamente todas as nacionalidades referidas para os três concelhos, excepto no caso dos chineses e dos imigrantes do Bangladesh que são investidores. No caso dos brasileiros, embora a maior parte trabalhe por conta de outrem, os que revelaram habilitações académicas mais elevadas trabalham por conta própria (área da Saúde).

Assim sendo, podemos verificar que a tendência é para que os estrangeiros presentes nesta área da raia não sejam investidores, o que faz com que dependam de patrões portugueses. Trabalham muitas vezes em sectores dispensados pelos autóctones, que saem para a cidade capital de distrito ou para outras áreas urbanas litorais ou então que trabalham nos serviços do Estado aos quais os imigrantes não podem concorrer. Esta situação corrobora a teoria do mercado de trabalho dual, ou seja, os imigrantes acabam por preencher postos de trabalho menos desejados pelos nacionais. Não há então o desejado investimento no interior por parte dos imigrantes, também estes almejando o mesmo que os autóctones destas regiões desejam: estabilidade laboral com base num trabalho remunerado mensalmente e com os respectivos direitos (13º mês, subsídio de férias, dias de férias, acesso à saúde...). De referir que muitos dos inquiridos acabaram por referir à margem do inquérito que não se importavam de se estabelecer daqui a uns anos com um negócio no país de origem, embora tal só devesse acontecer quando este tivesse um nível de rendimentos suficiente para fazer desse mesmo negócio mais um hobby do que propriamente uma forma de vida.

Nos que referiram ser trabalhadores por conta-própria (investidores) não há registos de terem empregados dependentes, uma vez que a dimensão do negócio a tal não exige, o que significa que o impacto perante o mercado de trabalho regional é incipiente, proporcionando antes um aumento da oferta de bens e serviços ao público. Contudo a presença dos bazares chineses tem bastante importância para as populações locais, por vários motivos: por um lado fazem com que a população em geral tenha acesso a um conjunto diversificado de bens durante toda a semana, em horário contínuo (8 horas diárias), por outro lado o preço dos produtos é acessível à população economicamente mais desfavorável, sobretudo aos idosos, que passam assim a usufruir de bens (têxteis, calçados, produtos de decoração, cozinha...) em maior diversidade.

Na sequência do estudo, procurou-se também saber se os imigrantes estão satisfeitos com a profissão que desempenham actualmente, ao que 60,3% dos inquiridos referiram que sim, uma vez que se achavam bem remunerados¹⁹, usufruíam de um bom ambiente de trabalho e tinham a possibilidade de trabalhar relativamente perto do local de residência, havendo ainda o caso daqueles que trabalham por conta própria referirem que a satisfação advinha do facto deles próprios serem patrões. Dos 19% que responderam não gostar da profissão desempenhada na actualidade, afirmaram que se sentem mal remunerados (relacionado com a própria natureza da profissão, sobretudo os trabalhadores rurais) e desfasados em relação às próprias habilitações literárias. Mesmo assim, o bom ambiente de trabalho parece ser um denominador comum aos inquiridos, o que revela a longevidade da presença no território e acima de tudo a integração na comunidade autóctone que, mais adiante, verificar-se-á ser bastante satisfatória.

Quanto ao futuro no mercado do trabalho, indagou-se a possibilidade de mudança de emprego, ao que 77,8% referiu não pretender mudar, o que parece estar de acordo com a percentagem elevada daqueles que referiram gostar da profissão desempenhada, quer pelo valor da remuneração, quer pelo ambiente de trabalho. Dos 22,2% de inquiridos que mostraram intenção em mudar de emprego, há a tendência para referir que se pretende arranjar um emprego melhor em termos de salário ou mais compatível com as habilitações literárias, no entanto há uma divisão: cerca de metade dos inquiridos responde que gostaria de trabalhar por conta-própria, enquanto os outros 50% respondem que gostariam de trabalhar por conta de outrem. Quase todos são unânimes na decisão do sítio, pois não sabem bem onde. Nota-se que por um lado os inquiridos gostam da qualidade de vida oferecida nestes concelhos raianos (ambiente, segurança, laços de amizade com a comunidade...), mas por outro sente-se longe de uma realidade laboral que os leve mais além nas suas vidas profissionais, o que os faz hesitar no possível local de trabalho.

3.2.3 O PERCUSO GEOGRÁFICO

No grupo de questões referentes ao perfil do inquirido foi indagada a constituição numérica e familiar do agregado. Neste ponto retoma-se a questão, agora tentando restabelecer o percurso geográfico que esteve na base da saída do país de origem e entrada em Portugal, sobretudo explorando a presença nos concelhos em estudo.

Maioritariamente verificou-se uma migração de cariz familiar em 65% dos inquiridos (53% migraram com a família e 12%, não tendo numa fase inicial feito uma migração familiar, acabou por reunir os membros), pelo que apenas 35% não o fizeram. Não se pode estabelecer

¹⁹ Às vezes não é tanto o facto de se ser bem remunerado efectivamente, mas antes do valor do Euro face à moeda do país de origem.

um padrão fixo quanto à nacionalidade nem em termos espaciais, isto é, em todos os concelhos podemos encontrar migrantes com família ou isolados, embora se note que os que estão no segundo caso sejam mais novos ou então tenham passado por um processo de divórcio, tendo deixado os filhos a cargo de familiares no país de origem²⁰, como já foi referido.

Quando confrontados com o ano de entrada em Portugal constata-se uma diferença regional bem marcada. De uma forma geral os inquiridos entraram no país durante ou depois do ano 2000, sendo esta tendência mais marcada nos concelhos de Arronches e Campo Maior. Em Elvas notou-se que há uma diferença menor entre os anos 90 do século XX e o pós 2000, havendo inclusive uma percentagem significativa que entrou já nos anos 80 do séc.XX, facto este explicado pela provável atracção estabelecida por Elvas como cidade, bem como com a efectiva ligação com a cidade de Badajoz, que faz deste(s) concelho(s) um espaço transnacional, com todas as vantagens inerentes (emprego, disponibilidade de serviços, entre outros).

Outra questão importante que começa a deixar antever a questão regional migratória tem a ver não só com as causas que estimularam a saída do país de origem, mas sobretudo que vieram condicionar o percurso migratório (em termos de destino). Neste contexto foram distinguidas algumas tendências.

Saída do país de origem (%)		Entrada em Portugal (%)		Entrada nos concelhos em estudo (%)	
Salários Baixos	31,1	Salários elevados	22,2	Mercado laboral	46,1
Desemprego	25,5	Disponib.emprego	18,9	Segurança	19,5
Outros motivos	16,8	Facilidade de entrada	15,1	Proximidade de familiares	17,2
Reunif.familiar	9,3	Segurança	12,4	Outros motivos	17,2
Ganhar experiência	7,5	Outros motivos	11,9	Baixo custo da habitação	15,6
Insegurança	5,6	Reunif.familiar	11,4		
Dificuldade de asc.prof.	4,3	Redes familiares	8,1		
Total	100,0	Total	100,0	Total	100,0

Quadro 4. Motivos da saída do país de origem, entrada em Portugal e em especial na região em estudo

Elaboração própria com base no inquérito (2008)

Como motivo principal de saída os inquiridos apontaram razões de carácter económico e laboral, destacando os salários baixos auferidos no país de origem e também o desemprego. Aplicam-se neste caso os pressupostos da Escola Neoclássica, pelo diferencial de salários e pelo facto de alguns dos inquiridos terem como objectivo cessar a migração não quando houver um equilíbrio salarial entre o local de partida e chegada, mas antes quando as condições económicas ao nível da poupança e investimento lhes forem favoráveis e suficientes. Nos outros motivos incluem-se situações mais específicas, seja a falta de

²⁰ Encontraram-se casos destes nos imigrantes brasileiros.

qualidade dos serviços educativos na geração dos filhos (brasileiros), como a insegurança (angolanos e brasileiros), como a disponibilidade de tempo para gozar a reforma (ingleses) ou a imagem territorial negativa do próprio país (no caso de alguns brasileiros e africanos).

Como motivos para a entrada em Portugal destacam-se por oposição os salários mais elevados (ou pelo menos a moeda mais forte) e a disponibilidade de emprego, embora tal possa não corresponder à manutenção do mesmo tipo de funções exercidas no país de origem. Em muitos dos imigrantes inquiridos verifica-se que os pressupostos da teoria do Mercado de Trabalho Segmentado se aplica, isto é, estes desempenham funções menos qualificadas, mais de carácter braçal e socialmente pouco reconhecidas no âmbito laboral, daí menos apetecidas pelos nacionais. A facilidade de entrada também é referenciada por brasileiros e africanos (laços históricos entre os países e Portugal), europeus de leste e espanhóis (pela vantagem geográfica, sobretudo os últimos pela proximidade geográfica transfronteiriça) e por chineses (ajuda de redes familiares), entre outros motivos, gerando a reunificação familiar. A segurança parece ser outra motivação com algum peso para todos os grupos, especialmente para os ingleses que destacam acima de tudo o clima como factor determinante para a escolha de Portugal como país de destino. No caso de alguns brasileiros foi referenciado como motivação a possibilidade de ascensão profissional como jogadores de futebol, tendo sido contratados como jogadores de futebol por clubes de futebol da região²¹, embora o façam em paralelo com outra actividade profissional no âmbito da restauração.

A escolha de Arronches, Campo Maior e Elvas como locais de destino em Portugal fez-se de uma forma geral de dois modos: o primeiro tem a ver com uma rede de contactos em que o inquirido foi “aliciado” por portugueses (colegas, amigos ou patrões) bem como por familiares ou conterrâneos para ir residir e trabalhar na região. No grupo dos ingleses, o segundo caso, houve também um aliciamento por parte de amigos que viviam nas imediações dos concelhos em estudo ou, noutro caso, ao escolherem Portugal procuraram através de um périplo pelo país, o lugar que mais lhe convinha, escolhendo neste caso o concelho de Arronches como destino. Nesta situação, bem como noutras de cariz laboral²², está patente a importância da teoria das Redes Sociais como modelo explicativo para o fenómeno da manutenção dos fluxos migratórios e, neste caso, para o seu redireccionamento para o interior.

Os motivos que estiveram na base da escolha deste território prenderam-se com aspectos económicos e laborais, não tendo só a ver com oportunidades de emprego como também com a exploração de recursos naturais (neerlandeses na agricultura apoiados pela UE) e de áreas do mercado (chineses no comércio retalhista) de consumo. A segurança aparece também como aspecto decisivo, baseado muitas vezes no pressuposto de que “a vida

²¹ Clube de Futebol “Os Elvenses” e o “Elvas Clube Alentejano de Desportos”.

²² Nomeadamente na questão referente à forma como obtiveram o emprego.

no interior é mais calma e por isso mais segura”, notando-se até um certo relaxamento face a situações que devem ser prevenidas (por exemplo o facto de muitos referirem que deixam abertas janelas, chaves portas de habitações e nos carros durante o dia, sem qualquer vigilância). Outros motivos como a qualidade ambiental e o baixo custo da habitação também são referidos, não só no que diz respeito ao valor da compra (destacado pelos ingleses), como também do arrendamento (destacado por todos os outros grupos). Neste último caso os chineses referiram que foi este factor, aliado à concorrência nas áreas urbanas do litoral, que os fez optar por esta região para montar o negócio. Os senhorios das lojas cobram um valor mais baixo do que na cidade, havendo muito menos concorrência, e embora o mercado de consumidores esteja de certa forma limitado pela população autóctone com poder de compra relativamente baixo, sempre conseguem pela variedade de produtos e preços atractivos²³ atrair clientela. Adiante verificaremos que face à percepção das potencialidades do concelho de residência, os inquiridos voltarão a reforçar a motivação que os levou a escolher a raia portuguesa para viver e trabalhar.

3.2.4 INTEGRAÇÃO E INTERACÇÃO REGIONAL

Quando confrontados com as principais dificuldades sentidas no momento de chegada a Portugal, o não domínio da língua parece ser um factor incisivo, principalmente com o grupo dos asiáticos (chineses e bengalis), bem como com os europeus em geral. Os espanhóis, embora sendo originários de regiões fronteiriças, denunciam pouco à vontade com a língua portuguesa, principalmente na questão escrita, mais no que na oralidade, tão similar que é em alguns pontos. Curiosamente alguns brasileiros, falando o mesmo idioma que os autóctones, confessaram que ainda hoje têm de pedir algumas vezes aos portugueses para repetirem palavras, não só pela não correspondência vocabular, como também pela diferença oral baseada num sistema onde, dizem, “*se fecha muito a boca a falar*” e o sotaque é diferente no ouvido na Área Metropolitana de Lisboa, por vezes o primeiro sítio que conheceram em Portugal.

A diferença de usos e costumes também foi estranhada por praticamente todas as nacionalidades, assim como o clima, este sobretudo referenciado por brasileiros e africanos que, habituados a temperaturas continuamente elevadas ao longo do ano, estranham a amplitude térmica sentida entre o Verão e o Inverno. Algumas dificuldades na regularização foi a terceira área de dificuldade apontada pelos imigrantes, embora se pense que esta foi uma questão transversal a todos os que realizaram o processo migratório, mas só admitida por

²³ Embora se note que face aos mesmos produtos nas áreas urbanas há uma subida de preços nestas regiões onde a concorrência é em menor número e por isso há um certo domínio do mercado. De qualquer forma os produtos apresentam preços convidativos e o horário alargado das lojas em termos diários ao longo de todos os dias da semana fazem delas próprias uma espécie de “lojas de conveniência” a que a população não estava habituada e que acha bastante útil.

alguns, ainda com receio de algum tipo de sanção ou represália póstuma. Outras dificuldades foram referidas, embora com menos frequência: a discriminação, sobretudo pelos africanos que referem a diferente cor de pele como “obstáculo” à comunicação com alguns nacionais; a integração no mercado de trabalho, por todos os grupos em geral, não tendo tanto a ver com situações de exploração, mas antes com o desfasamento entre a formação académica e as ofertas laborais disponíveis; a procura de habitação, referida por brasileiros e europeus de leste; o isolamento, as saudades da família e a dificuldade em fazer amigos, sentida um pouco por todos.

No presente os inquiridos revelaram, de uma forma geral, já ter ultrapassado grande parte das dificuldades inicialmente referenciadas. A língua (para 22% dos inquiridos) continua a ser o obstáculo mais difícil de transpor em todos os concelhos estudados, destacando-se algumas nacionalidades no grupo dos europeus, sobretudo os ingleses que vivem em Arronches. Embora muitos já frequentassem o Algarve há muito anos, faziam-no durante períodos de tempo muito limitado e com grupos de amigos da mesma nacionalidade que também não dominavam a língua portuguesa, por isso acabaram por não praticar. Hoje, já na idade da reforma, a residir relativamente isolados física e academicamente dos vizinhos mais próximos, revelaram que mantém algumas dificuldades de comunicação, supridas muitas vezes com a ajuda de pessoas (mais novos) que falam inglês.

Mas na verdade, embora haja casos pontuais de dificuldades sentidas, nalguns casos relacionados com questões pessoais, temporárias e resolúveis (28% dos inquiridos), cerca de 50% dos inquiridos revelaram não sentir qualquer dificuldade no momento presente no respectivo concelho de residência. Confrontados com uma avaliação da própria integração no local e na comunidade onde actualmente está inserido, o balanço é positivo. Cerca de 21% dos inquiridos revelou que a sua integração na comunidade é razoável, havendo 76% que refere ser boa ou até mesmo perfeita. Apenas 4 casos pontuais, no concelho de Elvas referiram que o processo estava a ser mau ou péssimo, alegando para isso causas relacionadas com a discriminação pela cor da pele, a falta de contactos sociais e a não participação em actividades da própria comunidade.

Do ponto de vista geral pode-se constatar que os imigrantes inquiridos consideram que a sua integração na comunidade raiana é boa, embora a análise à escala regional permita perceber que Arronches é o concelho onde há uma maior prevalência de respostas a indicar como perfeita a integração, parecendo tal facto estar relacionado com as próprias características do grupo dominante, isto é, reformados que vêm viver para este local, não com o objectivo de construir a sua vida económica e laboral (já o fizeram no país de origem). Embora coloquem a língua como entrave, na verdade conseguem comunicar com os vizinhos e vivem no concelho respeitando a forma de vida tradicional que encontraram na sua busca, na

sua escolha. A sua migração tem como compromisso principal a adaptação a esse modo de vida, daí que este factor seja um ponto aceite pela própria comunidade que os acolhe e ajuda como forma de retribuição por esse respeito e também pela quebra do isolamento potenciado pelo êxodo de jovens e pelo envelhecimento crónico destas regiões.

Os motivos apontados para o sucesso da integração tem a ver com as relações sociais estabelecidas, já que revelam ter amigos entre os autóctones, inclusive que os ajudam neste processo, bem como participam em hábitos e actividades da própria comunidade que vão desde a frequência de cafés e festas populares, bem como a inclusão actividades mais específicas como a pesca²⁴.

A percepção dos imigrantes inquiridos face aos problemas do concelho onde residem foi deveras interessante, pois em termos gerais houve uma certa unanimidade. As cinco questões mais apontadas foram: 1) Pouca diversidade de empregos; 2) Envelhecimento populacional; 3) Acesso deficitário aos serviços de saúde; 4) Pouco dinamismo económico; 5) Poucos serviços de lazer.

À escala regional os inquiridos residentes em Arronches apontaram também a inexistência de infraestruturas básicas de electricidade, telefone, esgotos e abastecimento de água, o que se explica porque muitos deles vivem fora da sede do concelho, nas regiões rurais mais recônditas onde elas não existiam. Referiram que actualmente já dispõem das mesmas depois de muita insistência junto aos órgãos competentes. Em Campo Maior a pouca diversidade de empregos foi pouco referenciada, uma vez que o dinamismo económico ligado à indústria do café (Delta, Silveira, Camelo) propicia a existência ofertas de trabalho com alguma periodicidade, mas apenas num sector específico. No caso deste concelho a maior preocupação dos imigrantes no que diz respeito à falta de serviços de saúde, uma vez que uma urgência fora do horário de expediente dos Centros de Saúde ou com um nível de complexidade maior, implica uma deslocação até Elvas²⁵, a cidade mais próxima. No que concerne a Elvas há uma referência explícita ao fraco dinamismo do mercado laboral e económico, fruto também de uma imagem territorial distorcida de que uma cidade terá sempre oportunidades variadas neste âmbito, o que nem sempre acontece.

Confrontando agora com as potencialidades encontradas nos concelhos de residência, as cinco questões mais apontadas foram: 1) Nível de segurança elevado; 2) Qualidade ambiental muito boa; 3) Proximidade de Espanha; 4) Custo de vida baixo; 5) Existência de serviços básicos de lazer, a par da comunidade que facilita a integração e da disponibilidade e custo da habitação.

²⁴ Além das diversas ribeiras deste concelhos onde é usual a pesca desportiva, a barragem do Caia em Campo Maior é um local de atracção dos pescadores amadores da região.

²⁵ Hospital de Santa Luzia.

A segurança é sentida por todos, a par da qualidade ambiental, como uma mais-valia superior até a questões relacionadas com o emprego (função desempenhada, salário, entre outros). Sobretudo no caso dos brasileiros e africanos que sentem grandes diferenças em relação aos países de origem, onde a criminalidade e os roubos fazem parte do quotidiano, aqui dizem viver mais serenamente. Também os europeus, como no caso dos ingleses, exacerbaram estas qualidades, referindo mesmo que descuravam um pouco a segurança habitacional porque se sentem “protegidos”.

A proximidade com Espanha foi referida sobretudo pelos inquiridos em Campo Maior e Elvas, na medida em que nestes concelhos há uma maior ligação à cidade de Badajoz nalguns casos (serviços de saúde, por exemplo) e até porque estes territórios acabam por, em conjunto, formar uma bacia de emprego mais vasta, com mais e variadas ofertas de trabalho, assim como de serviços, que é visto como uma vantagem de carácter transfronteiriço.

O custo de vida baixo é um factor que, segundo os inquiridos denuncia por um lado o fraco nível de rendimentos da população autóctone e conseqüentemente o seu baixo poder de compra, mas por outro lado um mercado de consumo que pratica preços relativamente baixos. Aliás, a proximidade com Espanha é outro factor relevante, uma vez que a aquisição de determinado tipo de produtos (desde combustíveis, a produtos alimentares, de higiene, entre outros) se torne atractiva pelos baixos valores praticados, que faz este espaço transfronteiriço singular tanto para imigrantes como para nacionais.

O último factor apontado, embora possa parecer contraditório tem a sua razão de ser isto, é se para alguns imigrantes, como o caso dos europeus, há um deficit de oferta cultural e de espaços de lazer (comparando com o local de origem), por outro lado a oferta existente é quase ela gratuita ou praticada a preços simbólicos (teatro, cinema, espectáculos musicais, entre outros), o que faz “divergir” as opiniões.

3.2.5 PERSPECTIVAS FUTURAS

Perante todas as informações recolhidas, e visto que os inquiridos reflectiram um pouco sobre a natureza e o propósito da própria migração, foi-lhes questionados aspectos relacionados com o futuro e as intenções relativas à ligação e permanência ou não ao território actual, a diversas escalas.

De uma forma geral há uma intenção de estabilização no país, até porque 50,4% dos inquiridos referem que pretendem obter a nacionalidade portuguesa, sendo que os africanos, os brasileiros e os imigrantes de leste manifestem um maior grau de interesse, embora tal intenção se verifique em praticamente todas as nacionalidades. Mais do que a origem, a constituição do agregado familiar parece dar pistas, na medida em que os agregados constituídos por 4 ou mais elementos são aqueles onde a manifestação desta vontade foi mais

evidente. Cerca de 20,7% ainda não pensaram e 28,9% não pretendem obter. Neste último grupo incluem-se os espanhóis, pela proximidade geográfica do país do país de origem onde em muitos casos mantêm a residência, e os europeus, com destaque para o grupo dos ingleses reformados, cujo objectivo da migração, ligada ao lazer e ao desfrutar da reforma e ao sentimento de pertença à União Europeia e ao espaço Schengen, parecem ser elementos que justificam a manutenção da nacionalidade de proveniência.

De qualquer forma o contacto com o país de origem é mantido, excepto em 9% dos casos, referente a africanos, uma vez que a família mais chegada está em Portugal. Cerca de 46% dos inquiridos afirmam que mantêm contacto através do telefone, internet e pelo envio de remessas e manutenção de investimentos (compra de casa), embora na totalidade dos que afirmaram este facto 61% envie menos de 25% do rendimento mensal do agregado familiar e 39% envie entre 25 e 50% do mesmo rendimento²⁶. Os brasileiros, os chineses e os europeus de Leste são os que revelaram enviar remessas, embora outros inquiridos destas mesmas nacionalidades tenham afirmado que apenas mantêm contacto telefónico ou virtual, sem envio de capital, especialmente em casos onde foi realizada migração familiar ou reunificação familiar. Mais uma vez os ingleses formam um grupo que, unanimemente, corroboraram esta tendência (54% dos inquiridos).

Relativamente à questão do retorno, os imigrantes foram confrontados com três situações distintas, uma mais concreta (regresso ao país de origem) e duas mais abstractas (saída do concelho de residência actual ou do país para um outro local). No primeiro caso verifica-se uma maior divisão, isto é, na maior parte dos casos a decisão de voltar ao país de origem está relacionada com a presença ou não da restante família junto do inquirido, o que faz com que os casos onde se verifica a presença do cônjuge e dos filhos são aqueles que pretendem ficar. A segunda geração, com o domínio perfeito da língua portuguesa e integrados no sistema social do país, acabam por não querer regressar à terra dos pais, que também é a deles, mas da qual só têm breves referências a partir dos períodos de férias, do contacto telefónico com parentes e do apelido.

Na questão de repetir a migração num outro país 85% dos inquiridos não quer, apenas 4% (brasileiros e espanhóis) baseados numa imagem territorial ligada aos salários mais elevados e à qualidade da educação para os filhos. Esta tendência de cessação migratória pode estar relacionada por um lado com o sucesso da migração (objectivos cumpridos ou reajustados à realidade e efectuados), ou com a indisposição para voltar a passar pelos trâmites legais (e ilegais!) que implica uma migração, ou ainda com a dificuldade em entrar no país pretendido.

²⁶ Neste caso tratam-se de imigrantes que estão sozinhos nos concelhos em estudo, tendo deixado a família no país de origem. São a fonte principal de rendimento do agregado.

No entanto parece que 72% dos inquiridos não pretende sair do concelho onde actualmente residem. Apenas 5% dos casos o refere e são sobretudo os africanos e brasileiros que revelam ter contactos familiares na área metropolitana de Lisboa, pesando neste caso as redes de entreaajuda. Resta saber se face a uma perspectiva de emprego melhor, não mudariam de residência... É possível que face a uma proposta deste tipo a recusa fosse inaceitável, até porque estamos perante migrações económicas, porém estes inquiridos estão a par do clima de recessão económica que se vive em Portugal, tal como um pouco em todos o mundo, daí que não pretendam arriscar muito mais, apostando sim na manutenção do posto de trabalho e da estabilidade económica e social conseguida até aqui. Além disso os factores já referidos que motivaram a vinda e a fixação dos concelhos em estudo, aliado às potencialidades territoriais percebidas, fazem com que estes imigrantes valorizem não só a questão material económica, mas também questões imateriais como a segurança, a qualidade ambiental e as relações sociais como factores de qualidade de vida que conseguiram descobrir no país de destino para si mesmo para a sua família.

4. Conclusão

Em suma, perante o estudo de caso efectuado, verificou-se a presença de dois grupos de imigrantes nesta região: 1) Laborais – procuram este destino com base na busca de emprego/salários mais elevados (sul-americanos, africanos, europeus de leste e asiáticos); 2) Jubilados – procuram este destino com base no desfrute da sua reforma (sobretudo ingleses). A escolha destes concelhos de baixas densidade como destino da migração teve a ver com um factor principal – mercado de trabalho/consumo – e com factores complementares – habitação, segurança, reagrupamento familiar, qualidade ambiental, entre outros. Ambos os grupos identificados acabam por ter impacto no desenvolvimento regional, os primeiros por dinamizarem sectores económicos deprimidos (através de investimento em negócios por conta-própria ou por ocupando postos de trabalhos preteridos pelos nacionais), os segundos por reabilitarem o património edificado. De uma forma geral não vieram alterar de forma significativa os padrões demográficos locais, até porque são uma minoria face à população autóctone, porém a sua presença tem contribuído para uma manutenção sustentável de aspectos sociais, económicos e laborais importantes (estimulação do mercado de trabalho, quebra de isolamento, recuperação do património, arrendamento/compra de habitação, entre outros) que definem o carácter e a identidade do próprio território.

Bibliografia:

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (2005) – *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

FONSECA, Maria Lucinda; MALHEIROS, Jorge; RIBAS-MATEOS, Natália; WHITE, Paul; ESTEVES, Alina (2002) – *Immigration and place in mediterranean metropolises*. Fundação Luso-Americana, Lisboa.

FONSECA, Maria Lucinda (2005) – *Migrações e Território*. CEG, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº64, FLUL, Lisboa.

MARTINS, Alexandre Cotovio (2006) – *Diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre*. Câmara Municipal de Portalegre.

<http://www.cm-portalegre.pt/resources/4317/zoom/diagnportalegre.pdf> (acedido em 04/06/2009)

MALHEIROS, Jorge Macaísta (2005) – “Migrações”. In: MEDEIROS, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp.87-125.

MEDEIROS, Carlos Alberto (Dir.) (2005) – *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e territórios*. Círculo de Leitores, Rio de Mouro.

VELEZ DE CASTRO, Fátima (2008a) – Contributo da imigração para o desenvolvimento regional transfronteiriço. Centro de Estudos Ibéricos, relatório policopiado, Guarda.

VELEZ DE CASTRO, Fátima (2008b) – “Imigração e desenvolvimento regional. Breve reflexão teórica para uma aplicação prática”. *Iberografias*, nº4, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, pp.95 – 121.

VITORINO, António (Coord.) (2007) – *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Fundação Calouste Gulbenkian, Fórum Gulbenkian Imigração, Lisboa.

Apoio:

